

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.201 - PB (2019/0129138-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : IVERALDO LOPES DE FARIAS**  
**ADVOGADO : DANIEL BRAGA DE SÁ COSTA - PB016192**  
**AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por IVERALDO LOPES DE FARIAS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL UFPB SERVIDOR PÚBLICO CARGO DE ECONOMISTA DESVIO DE FUNÇÃO PARADIGMA APONTADO CARGO DE PROCURADOR FEDERAL OU DEFENSOR PÚBLICO COMPROVADO DESVIO DE FUNÇÃO SERVIDOR QUE ATUAVA COMO ADVOGADO JUNTO AO ESCRITÓRIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA UFPB SERVIDOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR CABALMENTE QUE EXERCIA FUNÇÕES TÍPICAS DAQUELAS DESENVOLVIDAS PELO PROCURADOR FEDERAL OU DEFENSOR PÚBLICO APELAÇÃO IMPROVIDA

É o relatório. Decido.

Incide, na espécie, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea *a*. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o

foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente